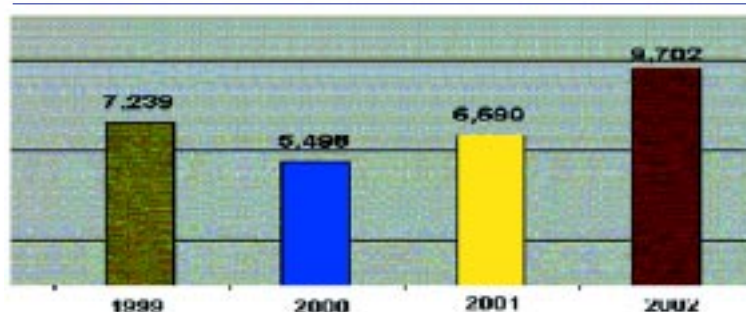


COS E POLÍTICAS DE SAÚDE

Esta não é uma situação específica da classe médica. Na verdade, faz parte de um quadro econômico mais amplo que envolveu trabalhadores e assalariados em geral ou outros profissionais liberais. Dados do IBGE revelam que a renda média familiar nos últimos quatro anos apresentou queda progressiva, de R\$1098,00 em 1996 para R\$993,00 em 2001. O Índice Gini, que é utilizado para avaliar a distribuição de renda em uma população, mostrou uma progressiva concentra-

ção de renda nesse período, ou seja, a riqueza cada vez mais se concentra nas mãos de poucos. O Brasil é hoje o quarto país do mundo em concentração de renda, perdendo apenas para três pequenos países africanos (Serra Leoa, República Centro Africana e Suazilândia). Por outro lado, segundo publicação da Folha de São Paulo em 13 de setembro de 2002, os bancos tiveram um aumento crescente de sua lucratividade nos últimos anos, conforme mostra o gráfico 3.

Gráfico 3 – Lucros de bancos em bilhões de reais



Estes dados demonstram que o plano real, apesar de trazer a estabilização da moeda, não conseguiu ser um instrumento de distribuição de renda e de justiça social. As atividades financeiras ou especulativas renderam enormes ganhos, a comprovar pela lucratividade dos bancos, enquanto as atividades produtivas ou assalariadas, onde se insere o trabalho médico, acumularam enormes perdas. Não há como deixar de vincular a situação específica vivida pelo médico e pela medicina, em especial o Sistema Único de Saúde, a esse modelo de política econômica e social vigente em nosso país.

Esse é um dos grandes desafios que a classe médica e suas respectivas entidades enfrentam nesse momento. Como reverter esse quadro que se agrava mês a mês. Nesse período os planos de saúde conseguiram sempre repassar seus custos, obtendo autorização para aumentos sempre acima da inflação, porém os honorários médicos nunca foram contemplados. O momento atual é desfavorável, pois existem excessos de médicos no mercado de trabalho, situação que se agrava pela abertura indiscriminada e irresponsável de novas escolas médicas. Quando tentamos, num dado momento, lutar pela reposição de apenas uma parte de nossos honorários, o CADE, insensível a esses números, e tendo uma atuação muito mais política do que técnica, visando claramente inibir qualquer tentativa de uma classe profissional lutar

pelos seus direitos, nos acusou de prática de cartel, impondo-nos multas e uma série de restrições em nossas ações em defesa dos médicos. Além de nossas dificuldades específicas de organizar e lutar pelos interesses da medicina e da classe médica, o quadro econômico e social é também bastante desfavorável. A estagnação é crescente, os salários estão em queda, o desemprego atinge níveis nunca antes vistos, e temos uma dívida tanto interna quanto externa estorrecedora. Diante dessa derrocada econômica, a população optou por mudanças. Vivemos um momento de expectativas e esperanças, com o início de um novo governo, com propostas de um novo modelo sócio-econômico. O desafio de manter a estabilidade monetária, associada ao crescimento da atividade produtiva, a geração de novos empregos e a promoção de justiça social é uma tarefa que nos envolve a todos. À classe médica cabe um importante papel neste processo, propondo e contribuindo na implementação de soluções para os problemas enfrentados pelo nosso combalido sistema público de saúde e para equacionar os conflitos hoje existentes dentro do sistema privado de saúde. Somente com soluções para essas graves questões que envolvem a área de saúde, poderemos exercer nossa profissão com ética e dignidade e com remuneração justa.

Dr. Florisval Meinão
Diretor de Defesa Profissional da APM